



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567330 - CE (2020/0070192-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO
ADVOGADO : PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO - CE032714
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : FRANCISCA VALESKA PEREIRA MONTEIRO (PRESO)
CORRÉU : CLAUDIO LAZARO DA SILVA ALVES
CORRÉU : BRUNO CESAR CORREIA
CORRÉU : ALLAN SILVA ALVES DE SOUZA
CORRÉU : ANTONIO THIAGO DOS REIS QUEIROZ
CORRÉU : ROBSON VENANCIO LIMA
CORRÉU : ANDRE DE PAULA SOUSA
CORRÉU : ANSELMO MANOEL ROGERIO DA PENHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Francisca Valeska Pereira Monteiro**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Ceará – que denegou a ordem ali impetrada (fls. 16/26 – *Habeas Corpus* n. 0631725-52.2019.8.06.0000), mantendo sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da comarca de Fortaleza/CE, que a condenou a 15 anos, 3 meses e 5 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 183 dias-multa, além de manter sua prisão preventiva (fls. 27/62 – Ação Penal n. 0047834-32.2015.8.06.0001), anteriormente decretada ante a necessidade de se resguardar a ordem pública (fls. 63/65), pela prática dos crimes de roubo circunstanciado e por integrar organização criminosa –, apontando-se constrangimento ilegal consistente no indeferimento da prisão domiciliar à paciente.

Sustenta o impetrante, em síntese, que *a paciente possui endereço fixo, na rua acre, 311, altos, Pan Americano, Cep nº 60440-770, Fortaleza/CE, onde poderá ter uma instalação mais digna a sua filha, ao invés de nascer dentro do sistema prisional, acrescento que a pena da mãe não pode transcender para os seus proles, ao ponto que o código de processo penal, nas suas recentes alterações incluiu a prisão domiciliar nesse caso* (fl. 6).

Postula, então, a concessão liminar da ordem para que seja concedida prisão domiciliar à paciente.

É o relatório.

Busca a impetração a concessão de prisão domiciliar à paciente, presa preventivamente, ante a necessidade de se resguardar a ordem pública, pela prática dos crimes de roubo circunstanciado e integrar organização criminosa, ao argumento de ser gestante.

Inicialmente, tem-se que o Magistrado singular decretou a prisão preventiva da paciente nos seguintes termos (fls. 63/64):

Constato, então, que não existem vícios formais ou materiais aparentes que venham a macular o auto. Por essa razão, homologo-o e mantenho as prisões dos autuados, convertendo-as, nos termos do art. 310, inciso II, do CPP, em prisões preventivas.

Para tanto, esclareço que o crime e as circunstâncias de sua prática, os autuados que, em concurso de cerca de oito (oito) pessoas e utilizando armas de fogo, incidiram na previsão do artigo 157, §§ 1º e 2º do CP, causando pânico entre os clientes e funcionários de um estabelecimento comercial, revestem-se de gravidade e demonstram a periculosidade dos agentes, reclamando, portanto, a manutenção das prisões, como garantia da ordem pública.

Ademais, segundo informações trazidas nos autos, o delito atribuído aos autuados foi caracterizado pela violência, já que durante a ação criminosa foram as vítimas submetidas a enorme pressão psicológica e ameaças de morte.

[...]

Outrossim, vejo que acusam as certidões acostadas aos autos a existência de ações penais propostas contra seis (6) dos flagrados, demonstrando também que suas liberdades, devido à possibilidade da prática de novos ilícitos, poderá constituir risco à sociedade.

Observe, por fim, que para a presente situação as medidas cautelares previstas no art. 319 revelam-se algumas inadequadas, outras insuficientes ou de difícil fiscalização.

Oficie-se aos Juízos das varas onde os indiciados respondem a ações penais, comunicando-os da presente decisão.

Aguarde-se a remessa do inquérito policial.

Ademais, a sentença condenatória manteve a prisão cautelar da paciente (fl. 49):

Denego a ré Francisca Valeska Pereira Monteiro o direito de recorrer em liberdade, já que em análise detida dos antecedentes criminais da acusada, verifica-se que a mesma representa perigo concreto à sociedade, pois é useira na prática de crimes. Assim, as condutas da ré aqui tratadas, aliada ao fato de a mesma responder outras ações penais, é circunstância que revela a inclinação à criminalidade violenta, demonstrando periculosidade social e a real possibilidade de que, solta, volte a cometer infrações penais graves, motivo pelo qual amplamente aceitável na jurisprudência do STJ (RHC 57319 / CE RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 2015/0038628-6, Relator: Ministro Jorge Mussi, órgão julgador: quinta turma, data do julgamento: 07/05/2015, DJe 25/05/2015) como justificável para a decretação da prisão cautelar para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Ocorre que a paciente não se enquadra nas situações da ordem concedida pela Suprema Corte, no julgamento do HC n. 143.641/SP – por se tratar de crime praticado mediante violência ou grave ameaça –, porém, tem-se que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 62/2020, em que *recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo*.

Confira-se o art. 4º da referida resolução:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Diante desse cenário, é preciso dar imediato cumprimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), devendo a custódia cautelar ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.

Conclui-se, em juízo de cognição sumária, que estão presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano, elementos indispensáveis à concessão da tutela de urgência.

Em razão disso, **defiro** o pedido liminar para, excepcionalmente e em cumprimento à Recomendação CNJ n. 62/2020, substituir a prisão cautelar imposta à paciente por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Magistrado singular, que deverá fixar as condições e alertar a acusada de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações e cópias dos principais atos processuais – devendo a solicitação ser acompanhada de cópias da petição inicial e desta decisão liminar –, **no prazo de 10 dias**, ao Juízo de primeiro grau competente, quanto às alegações do presente *writ*.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator